

## A SEMIÓTICA DAS *FAKE NEWS*

Lucia Santaella<sup>1</sup>

Professora titular na PUC-SP

### RESUMO

As repercussões políticas e sociais provocadas pela disseminação das Fake News nas redes tornaram-se notórias em 2016. Desde então os problemas só têm crescido em complexidades especialmente depois que os robôs passaram a ser agentes dessa disseminação. Com isso, a ordem das questões hoje alcança até mesmo a alçada jurídica. Compreender a natureza das Fake News é um primeiro passo para seu enfrentamento. Este artigo propõe que a semiótica pode prestar grande auxílio nessa tarefa.

**Palavras-chave:** Fake News. Robôs. Política. Semiótica

A expressão Fake News e, junto com ela, Pós-Verdade entraram na cena da cultura e da política a partir de 2016 quando o mundo se viu estarelecido com a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos e com a ascensão do Brexit na Inglaterra, dois fatos que provocaram incredulidade porque muito surpreendentes. O que poderia estar por trás disso? A culpa foi imediatamente colocada no poder das redes sociais para disseminar informações falsas. A incredulidade retornou em solo brasileiro, nas eleições de 2018, com a vitória de Bolsonaro capaz de colocar o sonho petista em estado de perplexidade. Ora, não é segredo que tanto Trump quanto Bolsonaro e seus seguidores, por imitação e servidão voluntária àqueles que tomam como seus mestres e senhores, são fortes adeptos das redes sociais, especialmente do Twitter e do WhatsApp, redes de compartilhamento mais breves e velozes. Ficaria aqui a pergunta sobre um menor protagonismo do Facebook, mas essa é uma outra história que fica para uma outra vez.

Voltando à questão, 2018 assistiu a um escândalo que colocou em evidência a hipótese do uso nefasto e manipulador das redes para fins políticos: o Cambridge Analytica. As redes estão coalhadas de textos informativos sobre esse escândalo, alguns mais detalhados, outros mais breves. Para tornar uma longa história curta, trata-se de uma empresa, fundada em 2013 que, aproveitando-se do crescimento do big data, propunha fornecer serviços de análise de dados para fins comerciais e políticos. Em princípio o uso de dados para esses fins não é ilegal, desde que não fira questões de

---

<sup>1</sup> Endereço eletrônico: [lbraga@pucsp.br](mailto:lbraga@pucsp.br)

direito. Trump era cliente da empresa assim como alguns grupos nacionalista ligados ao Brexit. Até aí tudo iria relativamente bem, caso não se tratasse de interesse político que, via de regra, tem que ser, de saída, colocado sob suspeita. Afinal, o poder político, por princípio, é movido por interesses, a saber, os seus próprios interesses.

Entretanto, foi inventado por um pesquisador, Aleksandr Kogan, um aplicativo aparentemente inocente, mas enganador, de extração de dados pessoais. O Facebook deu autorização para um teste de personalidade para fins acadêmicos desse aplicativo de personalidade. Ora, a lógica das redes é a lógica da disseminação incontrollável. Ao fim e ao cabo, disso resultou que 50 milhões de dados de usuários foram vendidos pelo pesquisador à Cambridge Analytica que tinha Trump como cliente. A influência que isso teve nas eleições presidenciais foi desvendada por jornalistas investigadores, redundando, por fim, na falência da empresa e no questionamento do Facebook acerca da permissão de que dados privados de usuários sejam repassados a quaisquer interesses externos, o que põe o dedo na ferida do direito à privacidade (ver ALECRIM, 2018; COELHO; HILDEBRAND, 2019).

A contextualização acima foi dada como ponto de partida para deixar claro, de saída, que Fake News afetam prioritariamente o campo da política. Há outros campos, evidentemente, como a medicina, o marketing etc., mas é, na política, que as consequências são as mais destrutivas, desde que dela e dos efeitos que produz depende grandemente o funcionamento saudável ou doente de uma sociedade e a preservação de seus valores democráticos (BUCCI, 2019a). Esse quesito é importante para se evitar a equalização da disseminação das fake News com uma pretensão de domínio completo da pós-verdade sobre tudo que diz respeito ao humano.

É preciso diferenciar as árvores da floresta, pois a pós-verdade não diz respeito, em princípio, à arte, pois esta tem por alvo criar a sua própria verdade. É certo que a arte pode também ficar submetida a produções adulteradas, tergiversadas que chegam a distorcer sua natureza ao extremo (GONZÁLES-GARCÍA, 2019, p. 101). Mas essas são perversões que ferem, de fora, as condições do fazer da arte. A pós-verdade também não cabe à filosofia que, há mais de vinte séculos, vem refletindo sobre o possível e o impossível da verdade. Não cabe ainda à ciência que, por meio de métodos confiáveis, garante protocolos de correção de seus erros e falhas para que verdades provisórias possam ser atingidas. Certamente, as conclusões relativamente consensuais da ciência podem sofrer distorções na passagem à sua popularização até o ponto de ficarem convertidas em absurdos inconcebíveis. Todavia, novamente aqui, os riscos do traslado

para a engrenagem social não fazem parte das convenções internas que são constitutivas da ciência. Tendo isso em vista, podemos passar a perscrutar o que, afinal, são Fake News, ou melhor, como elas agem e que efeitos produzem, um percurso necessário para se evitar que o uso da expressão continue na nebulosa retórica em que anda perambulando.

O que são notícias

Ao pé da letra, Fake News significa “notícias falsas”. O que são notícias é algo que sabemos quase sem tropeçar. A notícia é uma transmissão por algum tipo de meio -- do boca a boca, panfleto, jornal, radiojornal, telejornal até redes sociais digitais --, de algum acontecimento, evento, fato, situação vivida em quaisquer esferas da realidade. Para ser notícia, o acontecimento precisa ser veiculado. Acontecimentos são muitos, dos mais insignificantes aos mais sensacionais. Só são notícias quando são registrados em linguagem e transmitidos.

É preciso lembrar aqui do filme *Blow up*, de Antonioni (1966), no qual o conto de Julio Cortazar, “*Las babas del diablo*” se inspirou. No filme, passeando distraidamente por um parque, um fotógrafo, no ato de sua função, tira uma foto. As peripécias da narrativa versam sobre a tentativa, que beira a violência, de levá-lo a entregar ou destruir o negativo da foto. Afinal, que segredo essa foto guardava? A foto revelada passou, então, por um processo de dilatação (*blow up*) até ser capaz de colocar a nu a existência de um crime. Portanto, uma das grandes lições da película é aquela de revelar, junto com a foto, o fato de que, sem o registro, o acontecimento não existiria, ou, pelo menos, ficaria ocultado. Na cena final, pessoas jogam tênis sem bola. O jogo da vida continua, mas sem a bola.

Assim são os infinitos eventos das vidas pessoais e sociais. Muitos deles se dissipam sem deixar rastros a não ser na memória, sempre sujeita ao esquecimento ou às nebulosas recorrências, daqueles que os viveram. Notícias, portanto, são formas de registro pessoais ou coletivas (testemunhos ou formas de expressão midiáticas) de acontecimentos que passam por um filtro seletivo daquilo que vale a pena registrar em signos, ou seja, tornar notícia, em meio à multiplicidade incomensurável de fatos existentes naquilo que chamamos de realidade.

Não vem do acaso que os critérios para a seleção de fatos constituem-se em um dos passos da formação de jornalistas, a saber, selecionar fatos que devem se tornar notícias. Isso significa que notícias são uma questão da alçada de profissionais do jornalismo. Mas como decidir, no pluralismo multidimensional das ocorrências

cotidianas, o que deve ser notícia? Há critérios profissionais para isso que funcionam como um B A B A do jornalista. Afinal, as notícias que postam são capazes de gerar o que, na profissão, é chamado de opinião pública, quer dizer, podem influenciar interpretações seletivas da realidade e desenvolver crenças no seu público receptor.

Algumas das regras são bastante repetidas e conhecidas: para ser notícia é preciso que traga informação ainda não conhecida ou, então, que dê prosseguimento a informações sobre um fato que provocou interesse e que se estende pelos dias que se lhe seguiram. Quanto mais inusual, mais o fato chama atenção, portanto torna-se digno de virar notícia.

O fato é interessante, é significativo? Ele produz efeitos na mentalidade coletiva? A isso se seguem as modalidades de registro. Que regras redacionais devem ser seguidas para que o fato noticiado atinja o público desejado? Em que medida o meio afeta a mensagem transmitida, pois conforme McLuhan, “o meio é a mensagem”? Quais as diferenças entre as mensagens produzidas para leitores de jornais e para telespectadores, por exemplo? Quais são as fontes de notícias? De onde elas vêm? Com o avanço do jornalismo, agências especializadas internacionais e nacionais cumprem essas tarefas. Existe, inclusive, uma sequência ascendente de fatos que ganham pontos para serem convertidos em notícias. Tragédias ganham de longe de muitos outros fatos menos impactantes (WHAT ARE NEWS? s/d).

Enfim, todas essas questões, já sistematicamente organizadas na história do jornalismo, assim continuariam caso o universo digital não tivesse emergido para embaralhar todas as cartas do jogo. As redes digitais tiraram do punho exclusivo dos jornalistas a produção de notícias. O tradicional boca a boca encontrou o seu meio de registro, compartilhamento e disseminação, alheio a quaisquer princípios deontológicos que devem regular a profissão jornalística. A mistura dos tipos de textos e híbridos multimídia que são postados nas redes sociais foi ficando cada vez mais atordoante. Tudo vale e espalha-se com a velocidade relâmpago de meros toques na correnteza dos rios das *timelines*, graças às facilidades para se registrar e ser membro de gigantescas redes de participação e compartilhamento. Isso significa, entre outras coisas, encontrar um lugar de manifestação pessoal no mundo da comunicação, algo que atrai e seduz o psiquismo humano.

As notícias e outros tipos de registros de discursos procedem das mais variadas e múltiplas fontes e são submetidos à lógica intempestiva dos cliques. A autoridade e a habilidade para publicar passam com ligeireza de mente a mente e de mão a mão, sem

tropeços ou obstáculos externos e mesmo internos, pois não há regras para a aceitabilidade do que se pensa e se fala quando as normas desvanecem. Foram erodidos os princípios daquilo que uma conversação deveria ser. As consequências que isso traz para a disseminação das Fake News serão discutidas mais à frente, não antes de examinarmos o conceito de falsidade.

O que o adjetivo falso significa?

A questão não é simples quando se trata de compreender o que o adjetivo “falso” significa. O que é falsidade? Qual é o espectro da falsidade? É claro que podemos ir ao dicionário ou a um *thesaurus*. Estes nos informam que o campo semântico do adjetivo “falso” abarca uma sequência de sinônimos com significados mais leves como impreciso, incorreto, decepcionante, errado até significados mais fortes como falacioso, forjado, fraudulento, espúrio, enganador.

Entretanto, a tradução em português “falso” não corresponde exatamente ao significado da palavra inglesa “fake”. Esta tem mais o sentido de enganador, ou melhor, feito de maneira a parecer o que não é, por isso, chega perto do significado de trapaça. O termo “fake” é muito usado para obras de arte que copiam o original de modo a se fazer passar por ele. Também para pessoas que fingem ser o que não são. Acentua-se, portanto, em “fake”, o sentido de ludíbrio, feito para enganar. O que se intensifica aqui é o fato de que aquilo que é fake guarda uma intenção fingida cujo alvo é produzir no receptor um efeito de credulidade.

Embora dicionários prestem algum auxílio, quando se busca o significado das palavras e expressões, eles tratam o significado de modo estático. Perdem-se os sentidos que se consubstanciam nos jogos de linguagem e nos intercursos sociais. Considerando-se que a linguagem é sempre situada, existindo em contextos nos quais cumprem suas funções comunicativas, surgem, então, questões mais complexas: quais são os recursos de linguagem que são utilizados para a produção de Fake News? Por que e como algo é considerado falso? Como Fake News são interpretadas? Quais são as consequências psíquicas e sociais da transmissão de uma informação falsa? Para responder essas questões, torna-se necessário recorrer à semiótica, pois, como ciência da significação, da denotação e da interpretação dos processos de linguagem e de comunicação, essa ciência pode nos oferecer conceitos fundamentais, capazes de nos guiar na tarefa de perscrutar os modos de produção, interpretação e disseminação das Fake News.

Tão logo as Fake News deram início ao seu crescente processo de disseminação, as mídias informacionais também começaram a ser povoadas de artigos, interpretações e divulgações de livros publicados sobre Fake News, como por exemplo, Santaella (2018), D’Ancona (2018) e Barbosa org. (2019). Nos jornais, colunas sobre o tema comparecem ininterruptamente. Os temas versam sobre as tendências políticas extremadas, responsáveis pela disseminação incontrolável das Fake News. Versam também sobre as agências de checagem que se juntam em *pools* institucionais no combate a elas. Versam ainda sobre as ambivalências da inteligência artificial, de um lado, ao disponibilizar seus recursos para detectar as características linguísticas e os padrões das mensagens falsas. De outro, entretanto, ao servir à criação de manadas de robôs que entopem as redes veiculando mentiras.

Outro tema igualmente controverso concerne a uma possível legislação para punir a criação e distribuição de Fake News. Embora essa proposta tenha fervorosos adeptos, ela esbarra na questão da liberdade de expressão que, igualmente tem, especialmente nos meios jornalísticos, defesas robustas a seu favor. De fato, até onde pode a legislação avançar sem ferir os princípios da liberdade de expressão uma vez que a livre circulação das ideias se encontra na base de democracias que se prezam? Para completar, há diferenças geopolíticas distintas no tratamento desse problema, algumas nações mais complacentes, outras mais regulatórias, de modo que cada país deve encontrar aquilo que mais convém aos valores reclamados por sua própria cultura.

Em suma, os problemas são muitos e complexos. A proposta de leitura semiótica, que aqui se seguirá, não tem, de modo algum, a veleidade de pretender que essa ciência tenha a chave para abrir as portas das resoluções cabíveis. Não se pode prometer aquilo que não se pode cumprir. A semiótica, quando muito, pode nos auxiliar na compreensão do modo como as Fake News funcionam social, cultural e psiquicamente. Portanto, pode funcionar como guia para a discussão lúcida dos problemas, evitando-se o achismo e possibilitando a detecção de interpretações enviesadas, ou melhor, marcadas elas mesmas por tendenciosidades a respeito do tema que visam debater. Além disso, a semiótica, no caso peirciana, é uma ciência de base filosófica e, como ciência, cria conceitos com a finalidade de nos ajudar a pensar. Portanto, para apreender esses conceitos é preciso exercitar a paciência teórica. Só isso pode trazer compensações consequentes para os modos como interpretamos os problemas relativos às Fake News.

Da fenomenologia à semiótica

Antes de tudo é necessário explicitar que, na semiótica, signos são nomes técnicos para aquilo que, mais correntemente, chamamos de linguagens. A realidade social está coalhada de sistemas de signos dos mais diferentes tipos, sonoros, visuais, verbais, audiovisuais e de todas as suas misturas que utilizamos para nos comunicar em situações variadas e com propósitos também heterogêneos.

Para começarmos a nos orientar no emaranhado de signos com que convivemos e que são constitutivos de nossa socialidade, é preciso definir signo, de acordo com a teoria semiótica que será aqui tomada como base, a semiótica de C. S. Peirce. Infelizmente não podemos saltar diretamente para a noção de signo, pois a semiótica peirciana está alicerçada na fenomenologia. Distinta da famosa fenomenologia continental, a fenomenologia peirciana não recorre a quaisquer tipos de transcendência para se validar. Costumo dizer que é uma fenomenologia a céu aberto. Isso significa que, como estudantes de fenomenologia, devemos abrir as janelas dos sentidos e da mente para tudo aquilo que aparece. Como a infinita multiplicidade dos fenômenos aparece a nós? Como estamos no mundo? Como sentimos e percebemos o mundo, o outro e a nós mesmos? Como nossa mente reage aos estímulos que recebemos?

Encontrar respostas a essas perguntas é complicadíssimo. Mas Peirce enfrentou a tarefa. Sem minimizar essa multiplicidade, ao contrário enfrentando-a, ele buscava os elementos mais universais e gerais que presidem ao infinitamente múltiplo e multidimensionado. Não estava contente com as categorias do ser aristotélicas, nem com quaisquer outras, inclusive as complexas categorias do entendimento de Kant. Não as considerava universais. Depois de aplicar variadas metodologias até finalizar com as mais puramente fenomenológicas, Peirce chegou a três categorias onipresentes em todos os fenômenos. Elas são tão gerais que podem não passar de finos esqueletos do pensamento. Mesmo assim, auxiliam a divisar grandes territórios da realidade, presentes em tudo, repito. As categorias são puramente lógicas e, para cumprir seu poder generalizante, estão despidas de conteúdos materiais e particulares. Assim, adquirem o conteúdo correspondente a cada campo em que são aplicadas.

Embora só tenham propriedades lógicas, é possível apresentá-las pelas ideias a que estão ligadas. Desse modo, a primeira categoria, chamada de primeiridade, está ligada a tudo que diz respeito a possibilidades, incertezas, indeterminações, frescor, originalidade, sentimento e qualidades. A segunda categoria, ou secundidade, liga-se a ideias de existência, fato, acontecimento, aqui e agora, ação e reação, esforço e

resistência, conflito, luta, surpresa, dúvida. Por fim, a terceira ou terceiridade aparece nas ideias de lei, hábito, convenção, tempo, pensamento, inteligência, aprendizagem.

O que são signos

A forma mais simples da terceiridade está expressa na noção do signo. Portanto, na terceira categoria, penetramos no universo da semiótica, pois signo genuíno é composto por três elementos, uma tríade a que Peirce deu o nome de Signo, Objeto e Interpretante. Como isso funciona? Tudo aquilo que aparece e que na fenomenologia era chamado de fenômeno, quando penetramos no território da semiótica, passa a ser chamado de signo. Isto porque tudo que aparece já vem interpretado. Ver é um espetáculo adverso entre aquele que vê e aquilo que é visto. Portanto, o mero olhar impõe esquemas interpretativos sobre o que se vê. Se até mesmo a percepção já nos chega interpretada, o que dizer dos sistemas de signos que nos rodeiam em cada instante e lugar em que existimos? Como diria Caetano Veloso: “minha tarefa é te traduzir”, neste caso, traduzir os estímulos sígnicos que nos interpelam.

Portanto, signos funcionam como mediadores entre aquilo a que eles se reportam, seu objeto, e o efeito interpretativo que produzem na mente dos intérpretes, efeito que não é outra coisa senão um efeito tradutório e que é chamado de interpretante, pois se trata de um outro signo, menos ou mais desenvolvido do que o signo que se apresenta ao intérprete. Para compreender o funcionamento dessa tríade, especialmente do caráter mediador do signo, precisamos nos livrar do pensamento dualista, dicotômico que preside à ilusória relação dual entre o sujeito que percebe e conhece e o objeto percebido e conhecido, ilusão matriz que preside a todas as dicotomias, antagonismos e a todos os tipos de maniqueísmos.

Todo signo fala sobre algo. Com exceção da música e de algumas imagens não representativas, que falam sobre si mesmas, todos os sistemas imagéticos, audiovisuais e discursivos falam sobre algo. Esse algo é seu objeto que existe em um contexto que pode ser de muitas ordens: social, histórico, político, cultural, psicológico etc., enfim, tudo depende do modo como o signo se reporta ao seu objeto e do recorte que estabelece em relação ao contexto. Os signos são parciais, portanto, incompletos. Mas o intérprete pode se reportar ao contexto do objeto do signo por experiência colateral que teve, tem ou poderá vir a ter com ele. Como veremos mais à frente, trata-se de uma questão fundamental quando se lida com as Fake News.

As três classes principais de signos



Antes de entrarmos no modo como as Fake News funcionam como signos, é preciso avançar um pouco mais na natureza dos signos. Neste ponto, fica visível a importância das categorias para se compreender que os signos não têm apenas uma natureza triádica genuína. Há signos em que predomina sua natureza diádica, nos quais a relação com aquilo a que se reportam é fundamental. Há outros signos cujo caráter é prioritariamente qualitativo, um pôr do sol que nos deslumbra, por exemplo. Dessas variações derivam as três grandes tricotomias ou classes de signos de Peirce. Na realidade, ele levantou dez tríades que combinadas levariam a 66 classes. A filigrana aí é muito fina e só se torna necessária quando o signo, que se apresenta, é extremamente complexo, como é o caso de uma foto de um buraco negro que se resolve por meio de camadas e camadas de meios técnicos e signos diferenciados. De todo modo, as três tríades mais conhecidas já nos permitem perceber nuances bastante relevantes para a leitura de signos empíricos, ou seja, signos que estão agindo na realidade social e psíquica.

De fato, a relação entre signo, objeto e interpretante descreve o modo como o signo age, ou seja, descreve a ação do signo que é a ação de ser interpretado. Uma vez que nenhum signo produz apenas uma interpretação, pois sua existência se dá no intercurso social, podem existir muitos interpretantes, inclusive equivocados, dissimulados e até mesmo mentirosos. Isso não significa que os interpretantes não possam ser corrigidos, uma vez que o objeto, o contexto do signo, insiste. É essa insistência que permite que equívocos e mentiras possam ser sanados. Basta levar a sonda do signo até seu objeto, ou seja, àquilo a que o signo se reporta ou se aplica, em suma, àquilo que ele intenta representar e que, inclusive, na maior parte das vezes, constitui-se em um contexto povoado ele mesmo de signos, o que não impede que deixe de funcionar como objeto do signo na função sígnica mediadora de representação que este desempenha. Costuma-se dizer que a realidade é fruto de uma construção social. Isso é apenas meia verdade, pois a realidade, mesmo que seja ela mesma povoada de signos, tem o poder de insistir. Por isso, para Peirce, é o objeto que determina o signo, enquanto este tem a capacidade, sob certos aspectos e num certo sentido, de representar esse objeto para as mentes interpretadoras. Fica, claro, portanto, que o signo tem a função mediadora de fazer chegar ao intérprete aquilo que o signo tem por função apresentar, indicar ou representar, a saber, seu objeto que é sempre a fonte ou determinante do signos.

Tendo isso em vista, os signos apresentam pelo menos três modos principais de agir, com consequências pragmáticas próprias nos processos comunicativos em que agem, de acordo com a lógica que impera na primeiridade, secundidade e terceiridade respectivamente. Se o signo em si mesmo é feito de qualidades, em relação ao seu objeto ele só poderá ser um ícone, ou seja, uma imagem, um diagrama ou uma metáfora. E em relação ao seu interpretante ele deverá ser uma conjectura, uma hipótese, pois no reinado da primeiridade falam as correspondências e as similitudes. Nesse reino não há verdadeiro ou falso, pois cada um de nós vê semelhanças diferentemente e diferenças semelhantemente. Qualidades evocam outras qualidades e as fronteiras entre elas tendem a se misturar. Essa tríade se chama quali-signo-icônico-remático. Esse é fundamentalmente o universo da música, da arte, dos filmes e dos poemas que nos tiram o fôlego e produzem como interpretantes sentimentos e emoções ou, se insistimos em interpretar, chegamos a meras hipóteses interpretativas. Esse é o sentido que se dá ao rema.

Se no signo preponderar seu aspecto existencial, o lugar que ocupa no tempo e no espaço, ele será uma parte de um contexto maior do que ele e para o qual ele só pode apontar, indicar, a saber, funcionar como uma parte de um todo. O caráter proeminente de existência tanto do signo quanto do seu objeto tende a produzir como interpretante uma afirmação de que o signo é verdadeiro ou falso em relação àquilo que ele pretende indicar. Aqui, pode-se adiantar, antes da hora da análise, que esse é o universo sógnico em que habitam as Fake News. Se o signo é parte de um contexto existencial, factual, maior do que ele, sua verdade ou falsidade pode ser averiguada por experiência colateral com o objeto do signo, quer dizer, o campo de referências do signo. Isso é justamente aquilo a que Hanna Arendt (1972) deu o nome de verdade factual, que é, efetivamente, a única classe de signo que, pelo fato de funcionar como um indicador, um índice de seu objeto de referência, a saber, o acontecimento, o fato ocorrido, pode ser interpretado como verdadeiro ou falso, por meio do rastreamento desse objeto de referência. Essa distinção sógnica precisa ser feita para se evitar que tudo, indiscriminadamente, entre no saco de gatos das Fake News.

Se o signo tiver a natureza de lei ou convenção, um legi-signo, como são as línguas que falamos, as fórmulas matemáticas, as notações musicais, os programas computacionais e as leis dos códigos jurídicos, em relação ao seu objeto ele será simbólico, ou seja, ele representará aquilo que representa por necessidade e hábito. Assim sendo, por associação habitual, o legi signo será interpretado como um

argumento, quer dizer, um princípio de sequência. Assim são os discursos verbais especialmente.

Partindo do entendimento dessas três classes matriciais, teremos em mente elementos para análises semióticas que sejam capazes de evidenciar como os diferenciados tipos de Fake News agem como signos nos jogos de linguagem que instauram na cultura e na sociedade. Isso significa que cada tipo de Fake News, e estes são vários, age socialmente do modo diferenciado, um alerta importante para evitar generalidades que embrulham tudo no mesmo pacote indiferenciado.

As Fake News como signos

Para analisarmos semioticamente as Fake News, precisamos considerar que, como signos que são, elas estão longe de ser signos monolíticos. Simplesmente mentiras e ponto. Há uma variação semântica nas Fake News que vai das aparentemente mais inofensivas até as mais enganadoras, nefastas e destrutivas. Vários autores levantaram modalidades de Fake News. Da junção dessas modalidades, cheguei à classificação abaixo na sequência ascendente de efeitos até alcançar a mentira em estado puro. De fato, embora não existam verdades absolutas, pois o universo dos signos não cessa de se transformar, existe, sem dúvida, a mentira absoluta, pois o sin-signo indicial dicente, de fato, aponta para algo no universo da existência, e a verdade ou falsidade da relação entre o que o signo diz e o fato que é nele registrado são passíveis de verificação e de diagnóstico. É o que fazem as instituições de checagem dos fatos de modo a diagnosticar a falsidade do signo.

Sigamos, portanto, para a discussão das Fake News como signos em si mesmos. Qual o seu caráter? Elas variam entre rumores, boatos, fofocas, histórias e notícias. Alguns tipos de Fake News, têm, inclusive, uma aparência inocente, mas, no fundo, dissimuladora. Para lidar com elas, portanto, todo cuidado semiótico é sempre pouco, pois todo discurso e, também, as imagens podem ser muito ardilosas. É preciso estar atento às astúcias da linguagem (SANTAELLA, 2014). Vejamos.

Signos do riso fácil. Nesta categoria entram notícias paródicas produzidas como formas de entretenimento para provocar o riso. Nesta categoria entram também a maior parte dos memes, os rumores e comentários jocosos, que chegam bem perto de ferir os princípios da civilidade, devido à difamação edulcorada e dissimulada pelo humor. Rir é sempre bom, entretanto, ele pode converter-se em riso cúmplice. Conhecemos bem as leis de punição para a calúnia, a difamação e a injúria. Certamente, a categoria do riso fácil não chega a esse ponto, mas pode bem, sob o disfarce do humor, ferir a dignidade

das pessoas. Basta pensar nos males que o *bulling* provoca nas crianças e adolescentes. A maior parte do conteúdo dos *bullings* trata de ridiculizar a pessoa com o intuito de reduzir sua autoestima.

Signos enganosos. São registros de fatos que, deliberadamente ou não, distorcem o que realmente aconteceu. Entram também nesta categoria conteúdos ambíguos que se voltam, de modo oblíquo, contra um assunto ou pessoa. Interessa lembra aqui a afirmação de Bakhtin/Volosinov (1979) de que todo signo reflete e refrata a realidade. Isso significa que alguma refração sempre há, pois, em relação ao referente, a linguagem é um duplo. Isso instaura necessariamente um hiato inelutável entre o dizer e aquilo sobre o que se diz. Se tal hiato já é verdadeiro no caso da fotografia, imagine-se no caso do discurso verbal. Até mesmo as falas mais bem intencionadas acabam por estar submetidas a uma certa refração.

Signos sensacionalistas. Matérias jornalistas, muitas vezes corretas, são atrapalhadas pela falsidade sensacionalista dos títulos e das chamadas. O mundo da publicidade também costuma estar carregado desse tipo de conteúdo, especialmente nas redes, nas quais os chamados caça-cliques, iscas de cliques e as histórias com chamadas e imagens sensacionalistas são fabricados especificamente para capturar a atenção do usuário na direção de sites propagandísticos com finalidades consumistas.

Signos apressados e mal fundamentados. O jornalismo convencional está também povoado de notícias ou matérias mal fundamentadas, histórias não confiáveis porque não passaram pela necessária verificação dos fatos.

Signos preconceituosos. Há mensagens que são construídas com algum engenho para confirmar parcialidades e preconceitos. Na maior parte das vezes são vozes que soam como arautos ou provérbios, sem que deem a conhecer sua proveniência. Há também publicidades, de várias ordens, especialmente as políticas, intencionalmente enganadoras com a finalidade de promover pontos de vista tendenciosos.

Signos deslocados. Isso ocorre por meio do falseamento do contexto, quando um conteúdo genuíno é inserido em um contexto falso. O deslocamento também ocorre quando um conteúdo impostor é colocado na boca de fontes pessoais ou coletivas, transferindo para estas fontes informações que não são suas.

Signos manipulados. A manipulação diz respeito a uma informação verdadeira que é falseada com a intenção de enganar os intérpretes.

Signos mentirosos. Signos são decididamente mentirosos quando a informação é deliberadamente fabricada com o intuito de desinformar para proveito próprio daqueles que a fabricam.

Nesse último tipo alcançamos o sentido mais legítimo de Fake News. Enquanto os tipos anteriores vão gradativamente se aproximando da mentira, este último a leva a sua potência máxima, inclusive provocando danos culturais, sociais e, sobretudo, políticos até o ponto de ferir todos os princípios da cidadania e da democracia, pois ambas dependem grandemente da capacidade dos cidadãos de conhecerem a verdade dos fatos -- a verdade factual de acordo com Arendt --, para desenvolverem a confiança nos meios que as transmitem e, desse modo, poderem ser participantes relativamente lúcidos no debate público.

Assim, as Fake News em estrito senso são aquelas que, segundo Bucci (2019b, p. 41) “agem contra a democracia em toda parte do planeta, ... uma nova modalidade de mentira”, cujas distinções, Bucci demarca com clareza. Elas falsificam o relato jornalístico. Fazem-se passar por eles, inaugurando uma modalidade de mentira pós-imprensa. Suas fontes são desconhecidas, cujas origens são remotas e inacessíveis. A autoria é, quase sempre, forjada e elas têm o propósito de lesar os direitos do público, pois “tapeiam o leitor em diversas áreas: na política, na saúde pública, no mercado de consumo, na ciência”. São dependentes das tecnologias digitais, caso contrário, não teriam a potência disseminadora que têm e que é devida à escala e velocidades inéditas que possuem para isso. Por fim, elas dão lucro, quer seja econômico, quer seja simbólico.

#### A avalanche das Fake News

A discussão acima sobre a natureza das Fake News focalizou no seu caráter de signo em relação ao objeto que representa. Essa relação, quando se trata de Fake News, é substancial, pois o signo só pode ser tachado de falso ou mentiroso justo porque representa seu objeto falsamente, mas nem por isso -- o que é fundamental --, deixa de ser um signo de seu objeto. Por isso, neste ponto é bom lembrar do terceiro elemento da tríade, a saber, que o signo só funciona como tal, quando encontra seus intérpretes e produz, na mente desses intérpretes, efeitos interpretativos.

Ora, o dilúvio das Fake News não seria possível se os intérpretes não dispusessem das redes sociais para recebê-las e contribuírem para a sua disseminação. Como isso se dá? Para responder essa questão, é preciso explorar as condições interpretativas que se apresentam em conjunturas sociais situadas. Quem são os

intérpretes das Fake News? Como funciona a maquinaria tradutória de interpretantes desses intérpretes? Onde seus signos-interpretantes são produzidos e divulgados?

Os intérpretes das Fake News são pessoas vivas que existem no seu tempo e no seu espaço. São seres pensantes que sentem, agem e ininterruptamente interpretam -- de acordo com o repertório informacional de que dispõem --, as enxurradas de signos que recebem pelos mais variados meios, desde as conversas familiares, passando por todas as mídias até as novas formas de conversação e socialidade que as redes digitais inauguraram.

Falsidade sempre houve e haverá. O que mudou agora são os ambientes para sua produção, difusão, contágio e disseminação. A internet é um universo de todos e de ninguém. Regulamentações para seu uso são eficazes até certo ponto. Regulamentações são legi-signos que, quando submetidos à transmutação constante daquilo que buscam regular, acabam sendo corroídos nos seus propósitos. Compartilhar é um apelo que vira regra no funcionamento das redes sociais, gerando-se aí as condições para a disseminação de falsas notícias e de boatos. Mídias sociais favorecem a fofoca, a novidade pela novidade, o sensacionalismo, a velocidade da ação impensada e do compartilhamento leviano. Tudo isso não é mais novidade para ninguém.

Entretanto, diante dos estragos que essas novas condições comunicacionais são capazes de gerar, a culpa exclusiva da disseminação de Fake News costuma ser colocada nas redes digitais que são demonizadas não apenas porque são protagonistas do capitalismo de plataforma (Srnicek, 2017) e do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019), mas porque são responsáveis pela difusão da desinformação. Sem dispensar essas razões, é preciso examinar de onde vem a potência real dessa difusão.

Vivemos em bolhas. Elas nos constituem como signos e intérpretes de signos que somos. É costume a referência às bolhas como sendo bolhas ideológicas. Se ideologia for interpretada como formas de representação de mundo e não simplesmente como ideologias políticas, estaríamos perto do problema. Mas é preciso ir além. Vivemos em bolhas de crenças e convicções. Sem estas, seria impossível existir. Já dizia Cazusa: “quero uma ideologia para poder viver”. Sim, precisamos de convicções, ilusões imaginárias e sonhos para tornar a vida suportável e razoavelmente vivível.

As bolhas, que abrigam nossas convicções, não são apenas nossas, mas são alimentadas por todos aqueles que nos são semelhantes por possuírem a mesma visão de mundo, valores similares e padrões interpretativos em idêntica sintonia. O ser humano é, por princípio e natureza, homofílico. Só gostamos do que é espelho e costumamos

escapar daquilo que aparece como diferente. A alteridade produz apreensão e mesmo temor diante da ameaça da perda de nós mesmos.

O poder da crença -- em uma ideia, religião, afinidade política e afins -- sempre existiu. Contudo, nossa nova existência nos ambientes em rede amplifica esse poder, também chamado de viés da confirmação, especialmente porque passamos a ser monitorados por algoritmos de inteligência artificial que, progressivamente, sabem mais de nós do que nós mesmos e só nos enviam aquilo que sabem e adivinham que queremos e gostamos. Basta um clique em uma informação e os algoritmos passarão a nos enviar, dia após dia, repetidamente, informações aparentadas àquilo que porventura nos interessou. E assim caminha a nossa participação nas redes. Pensar que possamos furar as bolhas ou nos livrarmos delas é ingênuo. Somos os signos que escolhemos e com os quais desejamos conviver.

Contudo, as bolhas, como signos mais ou menos complexos que são, caracterizam-se por uma gradação que vai das mais amplas e ambíguas até as mais estreitas e peremptórias. Tomando as primeiras como exemplo saudável, elas são porosas na medida do cultivo da curiosidade e da abertura à alteridade. Esse seria o ideal a ser buscado, acrescido de um novo hábito que se tornou imperioso no uso das redes: a prática da suspeita. As redes hoje nos obrigam a nos tornarmos “coleccionadores de rastros” (Ribeiro, 2018), a caminhar dos signos para os seus objetos de referência, por meio da experiência colateral que seja capaz de explorar o contexto até o ponto exigido para que o signo se faça confiável. Em suma: colocar em prática um exercício de enriquecimento dos interpretantes que podem ser gerados a partir do cotejo cuidadoso das relações entre o signo e aquilo a que ele se refere. São novos modos de interpretar, um novo aprendizado que incorpora a checagem como modo de ouvir, de ver e de ler.

No outro extremo, contudo, existem as bolhas estreitas, asfixiadas em si mesmas, iscas fáceis para serem colhidas nas armadilhas dos algoritmos. Estas são grandemente afetadas por manipulações políticas, pela força cegante dos fanatismos religiosos, esportivos e outros, ou seja, são bolhas viciadas na mesmice de seus espelhos embaçados. Todavia, culpabilizar essas bolhas pelas Fake News, que hoje se alastram graças ao artifício de robôs, significa desviar-se do alvo da crítica. Qual a razão primordial da aceitação míope e, pior ainda, do compartilhamento das mentiras robóticas ou não-robóticas? A resposta é até fácil: a desinformação. Mas qual a razão primordial da desinformação? É preciso atacar o mal pela raiz. O mal precisa ser

combatido no seu nascedouro. No caso do tsunami das Fake News, a raiz do mal encontra-se na ausência de processos educativos capazes de conduzir as pessoas à autoexigência de continuamente recriarem suas visões do mundo, do outro e de si mesmos.

É certo que as agências de checagem dos fatos cumprem uma função substantiva, inclusive educativa, ao ensinar que os signos deixam rastros que nos guiam para os objetos que pretendem designar. É essa lição educativa, a da verdade factual, que é preciso absorver, promover, transmitir e com a qual é preciso aprender a viver. Em todos os campos em que os fanatismos encontram mais alimentos para crescer, urge que pratiquemos a arte da suspeita.

### Referências bibliográficas

ALECRIM, Emerson. *A controvérsia dos 50 milhões de perfis do Facebook manipulados pela Cambridge Analytica*. Em: <https://tecnoblog.net/236612/facebook-cambridge-analytica-dados/>. 2018 Acesso: 15/07/2020.

ARENDDT, Hanna. Verdade e política. Em: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, pp. 282-325, 1972.

BAKHTIN, Mikhail (Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BARBOSA, Mariana (org.). *Pós-verdade e fake news*. Reflexões sobre a guerra das narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó Ed. 2019.

BUCCI, Eugenio. *Existe democracia sem verdade factual?* São Paulo: Estação das Letras de Cores, 2019a.

\_\_\_\_\_. News não são fake -- e fake news não são news. Em: *Pós-verdade e fake News*. Reflexões sobre a guerra das narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó Ed., p. 37-48. 2019b.

COELHO, Patricia; Hildebrand, Hermes Renato. O escândalo do Facebook. Em *Inteligência artificial & redes sociais*, Lucia Santaella (org.). São Paulo: Educ, p. 43-56, 2019.

D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade*. A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News, Carlos Szlak (trad.). Barueri: Faro Editorial, 2018.

GONZÁLES-GARCÍA, Ricardo. *Entre fakes y factoids: la condición de lo falso en la difusa esfera del arte contemporáneo tras la era de la posverdad*. *Artnodes*, N.º 24, p. 101-110, 2019.



RIBEIRO, Daniel Melo. *Limiares da cartografia. Deambulação, arqueologia e montagem no mapeamento de lugares*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

SANTAELLA, Lucia. Imagens são óbvias ou astuciosas. *Líbero* – São Paulo – v. 17, n. 33 A, p. 13-18, jan./jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge, UK: Polity Press, 2017.

WHAT IS NEWS. The news manual. s/d. Em:

[https://www.thenewsmanual.net/Manuals%20Volume%201/volume1\\_01.htm](https://www.thenewsmanual.net/Manuals%20Volume%201/volume1_01.htm). Acesso: 15/07/2020.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism. The fight for a human future at the new frontier of power*. London: Profile Books, 2019.

## FAKE NEWS SEMIOTICS

### ABSTRACT

The political and social repercussions caused by the spread of Fake News on the networks became notorious in 2016. Since then, the problems have only grown in complexity, especially after robots became agents of this dissemination. With that, the order of the issues today reaches even the legal authorities. Understanding the nature of Fake News is a first step in facing it. This article proposes that semiotics can be of great help in this task.

**Keywords:** Fake News. Robots. Politics. Semiotics